

1 NOV 1986

ASS. CONSTITUINTE

JORNAL DO BRASIL

Sarney ouve de estudante crítica à reforma agrária

Brasília — O presidente José Sarney ouviu pacientemente em seu gabinete uma crítica pública ao Plano de Reforma Agrária do governo, "uma decisão apenas aparente", segundo seu interlocutor: "O latifúndio continua imperando no setor agrário e as multinacionais, realmente, ditam as regras econômicas e políticas de nossa nação."

A crítica consta da carta, elaborada por 150 alunos do 1º e 2º graus de Belo Horizonte, lida por Mário Eduardo Coelho de Abreu, 13 anos, eleito presidente da miniconstituente de Minas, que entregou a Sarney propostas sobre educação, menor abandonado, combate à violência, meio ambiente e saúde e educação, para serem encaminhadas a Assembléia Nacional Constituinte.

Levado ao Palácio pelo presidente da Assembléia Legislativa de Minas, Dalton Canabrava (PMDB), o estudante da 8ª série do Colégio Batista Mineiro Mário Abreu entrou no gabinete do presidente com ar compenetrado. De calça jeans, tênis e uma camiseta com a inscrição "Miniconstituente de Minas", ele passou as propostas a Sarney e leu, ainda na presença dos jornalistas credenciados, a carta assinada pelos oito estudantes que formaram a comissão de relatores.

De início com as mãos trêmulas, Mário Abreu leu as críticas à reforma agrária do governo e disse o que pensam os estudantes mineiros da questão política nacional: "Confessamos que estamos enxergando isto de uma maneira muito negativa. Imagine que nós, indivíduos de 11 a 18 anos, já não acreditamos mais nestes políticos que estão aí e que se colocam como nossos representantes."

Após a audiência, Mário Abreu disse que não é simpatizante de nenhum partido político, mas não está fora de suas cogitações se candidatar um dia a deputado. "De minha tataravó para cá, que eu saiba, ninguém da minha família ingressou na carreira política. Primeiro, pretendo me formar em Direito, seguindo a carreira de meu pai", disse.

Cercado por jornalistas e câmeras de televisão, Mário Abreu em nenhum momento se perturbou e como um tradicional político mineiro disse que não apóia nenhum dos candidatos ao governo do seu estado: "Estou acom-

panhando o processo, apenas como observador. Não tenho a preocupação do eleitor", disse, mas se traiu ao revelar que seu pai votará em Itamar Franco.

— O que nós queremos é que o povo tenha consciência na hora de votar e eleger os constituintes porque o Brasil precisa de uma sociedade mais justa, menos violenta e com menos desigualdade social. Queremos uma reforma agrária mais rápida porque ela vai fixar o homem no campo e só através disso é que conseguiremos fazer com que diminua o baixo nível de vida nas favelas, acabando com o contraste social e a marginalização cada vez maior — disse Mário Abreu.

Para solucionar o problema do menor abandonado, os miniconstituintes mineiros propõem a criação de escolas que funcionem em horário integral, melhores salários para os professores e creches de bairros, que sejam mantidas pela própria comunidade. Sugere ainda a criação de fazendas agrícolas; e a substituição das atuais Febem, por escolas de recuperação com cursos profissionalizantes e assistência psicológica para livrar o menor da dependência da droga.

Para o setor da educação pública, os estudantes mineiros querem que ela seja gratuita e obrigatória a partir dos 4 anos, incluindo material escolar e alimentação; aumento do orçamento da União para o setor; manutenção e ampliação do curso noturno, para que o menor que trabalha tenha acesso à educação; inclusão da informática como matéria obrigatória; policiamento em todas as escolas; estruturação do vestibular; educação nos presídios para reabilitar o marginalizado; e ampliação das penitenciárias agrícolas.

Os miniconstituintes de Minas querem ainda um controle mais rigoroso do porte de arma; melhor preparação e remuneração dos policiais; ampliação das delegacias de defesa da mulher; fim do programa de energia atômica; urbanização das favelas; intenso combate ao uso de drogas em todo o país; e, maior rigor na aplicação das leis e punição para administradores públicos envolvidos em corrupção.

Propõem uma nova política habitacional para atender as classes de baixa e média rendas e incentivar as atividades do mutirão.